

## Ladrões de floresta

Categories : [Reportagens](#)

Nesta quarta-feira, o governo anunciou mais uma operação surpresa para desmantelar quadrilhas ligadas ao comércio ilegal de [carvão](#) e de madeira na Amazônia. Batizada de Ouro Verde pela [Polícia Federal \(PF\)](#), que comandou todas as investigações, a operação previa a prisão de pelo menos 53 pessoas envolvidas na falsificação das Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPF). Até o início da noite, 43 prisões já haviam sido feitas no Pará, em Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Rio Grande do Norte e Goiás, o coração do crime.

A PF descobriu que não era preciso se distanciar demais da sede do governo federal para enganar a fiscalização do [Ibama](#) e abastecer a região amazônica com ATPFs de alta qualidade, consideradas visualmente perfeitas. Elas eram confeccionadas pela gráfica Cometa, em Goiânia. O dono e cinco funcionários do estabelecimento foram presos. Mas se a qualidade do papel e os detalhes eram impecáveis, os falsificadores não prestaram tanta atenção no que vinha escrito no documento. Segundo o [Ministério do Meio Ambiente \(MMA\)](#), foi justamente um erro de impressão que permitiu a descoberta da fraude.

Os documentos, que servem para certificar a origem e as características da carga transportada, eram mandados de avião a Rondônia, Pará e Mato Grosso e em seguida usados na região Norte, além do Maranhão, alguns estados do Nordeste e do Sul. Segundo a PF, em um ano foram comercializadas cerca de 75 mil metros cúbicos de madeira só nos municípios paraenses de Tucuruí, Tailândia, Paragominas e Goianésia, onde a quadrilha lucrou cerca de R\$ 65 milhões através de 148 empresas fantasmas. Embora não seja possível precisar o número de ATPFs produzidas pela quadrilha, o MMA estima que tenham sido feitos, no mínimo, 600 documentos falsos. Mas o número deve ser muito superior. Em nota, o ministério menciona que com apenas um homem foram apreendidos 280 ATPFs falsificadas. Algumas chegavam a ser adquiridas por R\$ 1.800.

As investigações começaram em dezembro de 2004, depois da apreensão de três carregamentos de madeira com ATPFs falsas no município de Marabá (PA), que vinham de Tailândia (PA), a 295 quilômetros dali. Segundo o delegado da PF em Rondônia, Janderlyer Gomes de Lima, que de Belém coordenou a operação, a Ouro Verde não tem nenhuma ligação com a [Operação Curupira](#). Embora não queria ainda divulgar a lista dos presos e dos mandados de busca e apreensão, o delegado afirmou que, a princípio, as prisões não envolviam gente do próprio Ibama. “Os presos foram basicamente madeireiros, fiscais da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará e empresários que diversificavam a forma de ganhar dinheiro com o comércio ilegal de madeira e carvão”, diz o delegado.

O desfecho desta operação foi o anúncio de uma portaria do Ibama suspendendo novamente a emissão de ATPFs, desta vez no Pará, em Rondônia e no Maranhão. Segundo o MMA, a medida é válida a partir desta quinta-feira por até 30 dias. E esse filme as madeireiras do Pará já viram. “Por um mês essa decisão vai afetar os ilegais, mas também vai prejudicar quem explora corretamente”, lembra Marcelo Marquesini, engenheiro florestal do [Greenpeace](#). Além disso, trata-se de um paliativo.

A ministra Marina Silva sabe disso e falou no desenvolvimento de alternativas que estimulem a produção legal de madeira e voltou a insistir na importância do [Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas](#) “nas mãos do Congresso”, em suas palavras. Para o Greenpeace, essas alternativas deveriam envolver também novas formas de controlar o comércio dos produtos florestais. Além do mais, as ATPFs fazem parte de um sistema frágil, manjado pelas madeireiras e que vem sendo [transferido para os estados](#). “Com exceção do Acre, os estados têm ainda menos recursos que o Ibama para as ações na Amazônia”, diz Marquesini.

O governo já anunciou que pretende substituir o papel por um documento eletrônico, o Documento de Origem Florestal (DOF), mas, segundo o Ibama, o prazo para sua implantação ainda não está definido.

\* Colaborou Ana Antunes.